

## IAOD do Deputado Zheng Anting em 15.06.2015

Através desta intervenção, quero partilhar convosco o meu ponto de vista sobre a proibição total do fumo nos casinos.

Em primeiro lugar, gostaria de realçar que não sou fumador e considero que fumar só prejudica a saúde. Assim, do meu ponto de vista, concordo plenamente que, a longo prazo, essa proibição total deve ser um objectivo comum que devemos alcançar.

As receitas do jogo têm vindo a diminuir ao longo de 12 meses. Se se acabar de vez com o fumo, isto é, se for implementada a proibição total de fumar nos casinos, neste momento em que o sector do jogo está a enfrentar um aumento negativo, isto vai, sem dúvida, agravar ainda mais a situação.

Na 1.<sup>a</sup> semana deste mês de Junho, a média das receitas do jogo por dia foi de apenas 520 milhões de patacas, registando-se uma redução de mais de 20 por cento em comparação com o período homólogo de Maio. Trata-se, pois, de uma situação que nos faz cada vez mais tremer de medo, e ainda não se atingiu o nível mais baixo. Segundo as previsões dos sectores profissionais, se for agora implementada a proibição total do fumo nos casinos, especialmente nas salas VIP, vai haver novamente perda de clientes e as receitas mensais do jogo vão sofrer outra vez uma perda de 3 mil milhões de patacas. Não se afasta a possibilidade de as salas VIP se verem obrigadas a ter de despedir trabalhadores, por causa das dificuldades do seu funcionamento. Os *croupiers* – profissão exclusiva das gentes de Macau – vão também ver-se obrigados a tirar licença sem vencimento, vão ver as suas garantias reduzidas, ou até mesmo ter de passar pelo risco de perder o emprego. Segundo as opiniões dos responsáveis pelas salas VIP, neste momento, a capacidade concorrencial dos trabalhadores do sector do jogo é relativamente baixa, pois muitos deles só têm o ensino secundário ou secundário complementar. Se perderem o emprego, dificilmente vão ser contratados para ocupar postos de trabalho com alto salário noutras áreas, e os que estão a pagar ao banco prestações de imóveis e veículos vão enfrentar grandes dificuldades económicas.

Segundo o novo relatório dos Serviços de Estatística e Censos, em Macau existem 84 mil trabalhadores do sector do jogo, ocupando  $\frac{1}{4}$  da população empregada. Se estes forem despedidos, é inevitável que isso vai afectar, por arrastamento, os sectores da restauração, vestuário, jóias e penhores, e ainda, directamente, o emprego e a subsistência de centenas de milhares de residentes.

Recentemente, os Serviços de Saúde incumbiram o Instituto de Estudos sobre a Indústria do Jogo da Universidade de Macau de realizar três estudos sobre o controlo do tabagismo. O primeiro é sobre as opiniões dos trabalhadores do jogo relativas ao ambiente de trabalho nos casinos e, de acordo com os resultados desse inquérito, 90% dos inquiridos apoiam a criação de salas de fumo. O segundo é sobre as opiniões dos trabalhadores do jogo relativas ao controlo do

tabagismo e, de acordo com os resultados, 90% dos inquiridos entendem que, com a criação de salas de fumo na parte comum dos casinos, a qualidade do ar já sofreu melhoria.

Daí se verifica que, com a criação de salas de fumadores, a qualidade do ar dos casinos já melhorou, e 90% dos trabalhadores do sector do jogo concordam que a criação destas salas de fumo é uma forma de melhorar a qualidade do ar, medida esta aceite por todos os trabalhadores.

Saliento novamente que, em termos teóricos, concordo que o ideal seria criar um ambiente sem fumo, mas tenho de admitir que, em termos objectivos, se se proibir totalmente o fumo nos casinos, isso irá afectar gravemente as receitas do jogo, nomeadamente, os negócios das salas VIP. A proibição total constitui um grande perigo para as actividades negociais.

Na minha opinião, a política de proibição do tabagismo deve ter em conta a saúde dos trabalhadores e dos turistas, a garantia de emprego e o desenvolvimento económico de Macau, e só quando estas vertentes estiverem bem equilibradas é que se poderá resolver o problema.

Com efeito, a criação de salas de fumadores com excelentes equipamentos nos casinos, por exemplo, com mais saídas para exaustão do fumo, e o reforço da punição das infracções pelo Governo podem efectivamente proteger a saúde dos trabalhadores e dos turistas, afastando-os do fumo, bem como manter a capacidade concorrencial das salas VIP nos casinos e o seu ambiente de negócio, contribuindo para manter a prosperidade da economia de Macau.

Os profissionais do sector já efectuaram inquéritos aos trabalhadores dos casinos, e 99% dos inquiridos concordaram com a criação de salas de fumadores nos casinos e entendem que esta é a melhor maneira de resolver o problema. Também acho que a criação de salas de fumadores pode equilibrar as necessidades e interesses das partes. Eu creio que, se todos nós pensarmos melhor, esta medida vai obter a concordância e o apoio da população.

Pelo exposto, solicito aqui ao Governo que reveja a política de proibição do tabagismo e a sua calendarização, para não dificultar ainda mais a exploração das operadoras do jogo.

## IAOD do Deputado Chan Meng Kam em 15.06.2015

O Verão é a época das escavações, o que tem sido normal nos últimos anos. Evita-se a realização de obras em período lectivo, mas os residentes e os turistas continuam a enfrentar um número abundante de obras e, sem outro remédio, perguntam ao Governo se o respectivo mecanismo de cooperação já deixou de produzir efeitos. Face ao descontentamento por causa dessas obras, o Governo vai, com toda a determinação, construir galerias técnicas subterrâneas para colocar as canalizações das infra-estruturas urbanas?

Durante o debate das LAG deste ano, quando referi que há quem diga que Macau é um “centro mundial de escavações”, o Secretário Raimundo do Rosário contou que, no ano passado, recebeu 5900 pedidos e deferiu 3600, ou seja, uma média diária de 10. No futuro, as escavações vão aumentar, porque 60 por cento das canalizações da nova operadora de telecomunicações ainda não foram instaladas, a Macau Cabo ainda não instalou 80 por cento em Macau e só instalou 30 por cento nas ilhas, e a empresa de gás natural só tem 60 por cento nas ilhas e não instalou nada em Macau. Adivinhem o que se vai passar quando todas as obras arrancarem! Estas obras ainda não incluem as de instalação e manutenção das canalizações de fornecimento de água, de drenagem de águas residuais, de electricidade, de sinalização de trânsito, de reordenamento das vias e de construção urbana. Daí podemos imaginar que Macau é pequena, mas é um grande estaleiro de obras, pois parece que existem inúmeros pedidos de escavações. Os residentes notaram que as escavações são realizadas umas a seguir às outras, provavelmente, enquanto o cimento não está completamente seco. O mais esquisito é: se o Governo sabe que há inúmeras escavações nas férias de Verão, então não há entidades para controlá-las?

Devido à falta de um planeamento geral de longo prazo, não foram construídas galerias técnicas subterrâneas e existem, assim, redes próprias para abastecimento de água, electricidade e gás, e para transmissão de sinais de telecomunicações e TV Cabo. Acresce-se a isto a gestão por diferentes serviços públicos, daí as razões da actual situação caótica.

Antes do retorno, cabia ao Leal Senado a coordenação das obras viárias. Em 2009, o Governo da RAEM criou o grupo de coordenação das obras viárias, sob coordenação da Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego (DSAT) e contando com a participação do IACM, do GIT, da DSSOPT, da PSP, do GDSE, bem como das diversas concessionárias de serviços de utilidade pública. Mas os efeitos surtidos não foram evidentes. A população, a par de duvidar se a DSAT detém competência de coordenação, deseja que o Governo esteja determinado em retirar os devidos ensinamentos das experiências de sucesso de países e regiões avançadas, no âmbito da construção de galerias técnicas subterrâneas para reduzir as obras viárias.

Já no século XIX foram construídas, nos países europeus, galerias técnicas subterrâneas e o Japão é o país mais avançado do mundo. Em 1989, Taiwan implementou a Lei de galerias técnicas subterrâneas. Quer no Parque Expo em Xangai quer em Hengqin foram construídas galerias técnicas subterrâneas. Em 2011, o Governo procedeu à celebração do contrato para a prestação de serviços do “Estudo sobre a implementação de galerias técnicas subterrâneas para colocação das canalizações de infra-estruturas urbanas”, mas até ao momento nada se vê. Enquanto cidade turística de nível internacional, a abundância de obras viárias em Macau não favorece a sua imagem de cidade agradável para se viver e visitar. Propõe-se então o seguinte: competir ao Secretário para os Transportes e Obras Públicas a coordenação do referido grupo; divulgar os resultados do estudo sobre as galerias técnicas subterrâneas; proceder, gradualmente, à respectiva instalação nas zonas que apresentam condições para o efeito; dar prioridade à respectiva construção nas zonas novas, em particular, nos novos aterros, acabando com a colocação de redes próprias para o efeito; bem como adoptar medidas preventivas em prol do desenvolvimento sustentável da cidade e de disponibilização de boas infra-estruturas.

## IAOD do Deputado Si Ka Lon em 15.06.2015

“Cidade inteligente” é um conceito novo que utiliza a ideia da *internet* para integrar a cidade, o Governo, as empresas e os residentes num sistema nuclear, com vista a promover, através da interligação e comunicação de informações, e da articulação com as necessidades sociais, a elevação da qualidade dos serviços públicos e a inovação das indústrias. Neste momento, são muitos os países e territórios que dão grande importância à integração da *internet* nos serviços públicos e indústrias tradicionais. Por exemplo, Singapura e a Coreia do Sul estão a implementar o “Plano de Cidade Inteligente” e o “Plano U-City”, respectivamente, e algumas cidades do Interior da China estão até a implementar o plano de cidade inteligente.

Em Macau, há também vários projectos a serem lançados, no âmbito da aplicação das tecnologias da *internet*, entre os quais figuram a plataforma de comércio electrónico entre a China e os países de língua portuguesa, o plano de turismo inteligente e as aplicações relativas a informações sobre a situação de passagem de fronteira e de consultas médicas nos serviços de urgência, o que tem merecido o elogio dos residentes. Contudo, comparativamente às regiões vizinhas, existe ainda uma grande diferença quanto à promoção e divulgação das empresas de Macau na *internet* e ao nível do comércio electrónico, havendo, portanto, margem para um maior desenvolvimento da rede e na informatização dos serviços públicos. O Governo deve, quanto antes, definir as bases de um “i-Macau” para acelerar a articulação da *internet* com os serviços públicos e com as indústrias, e para materializar, através da informatização e generalização dos serviços públicos, a inovação e o desenvolvimento das indústrias dominantes e da diversificação económica.

Pelo exposto, sugiro o seguinte:

1. Elevar globalmente a qualidade dos equipamentos, encontrando soluções e planos de melhoramento para os problemas relacionados, especialmente, com apagões e lentidão das redes; acelerar um plano de *Wi-Fi* que possa cobrir toda a cidade; melhorar os equipamentos de fibra óptica e dispor de uma cidade sem fios.

2. Generalizar a aplicação de equipamentos inteligentes nos serviços públicos, nomeadamente, implementar sistemas inteligentes nas áreas da saúde e dos transportes, e disponibilizar informações dinâmicas sobre o trânsito, para a população dispor de serviços públicos fáceis, seguros e específicos.

3. Delinear planos de acção inteligentes para o turismo e para a indústria, com vista a disponibilizar uma plataforma comercial informática tanto para a indústria do turismo como para a diversificação da economia, disponibilizando, em conjunto,

uma plataforma comercial informática entre as empresas de Macau, as empresas da China e os Países de Língua Portuguesa.

## IAOD da Deputada Leong On Kei em 15.06.2015

Nos últimos anos, o Governo de Macau tem envidado todos os esforços na criação de uma sociedade inclusiva para as pessoas com e sem deficiência, com vista a proporcionar às pessoas com deficiência diversas políticas de acção social. No entanto, para além dos benefícios sociais em geral, a participação em actividades desportivas é também muito importante para estas pessoas, uma vez que com isso se pode acelerar a sua reabilitação, assim como aumentar a sua autoconfiança, o que contribuirá para reforçar a sua participação social e tornar a sociedade mais harmoniosa.

Actualmente, o “Regime de Prémios do Desporto” divide-se em dois, um destinado às pessoas sem deficiência, que se rege pelo “Regulamento dos Prémios do Desporto de Alta Competição”, e outro, às pessoas com deficiência, regulado pelo “Regulamento dos Prémios do Desporto para Deficientes”, sendo certo que existe uma grande diferença entre os montantes dos prémios a atribuir segundo esses dois regulamentos. As pessoas com deficiência, devido às suas condições físicas, necessitam de envidar mais esforços do que as pessoas sem deficiência, nas actividades desportivas, nomeadamente as competitivas, pelo que são muito valiosos os resultados obtidos. As actividades desportivas são, conforme as condições físicas das pessoas com deficiência, divididas por diferentes categorias, não visando, no entanto, diminuir a sua competitividade. Não é justo o actual regime de prémios para as pessoas com deficiência, uma vez que o montante atribuído aos atletas dos Jogos Paralímpicos é mais elevado do que o atribuído aos atletas dos Jogos Olímpicos Especiais e aos atletas com deficiência auditiva, o que leva estes dois últimos a ter a sensação de serem inferiores àqueles, provocando, por conseguinte, uma diferenciação dos atletas com deficiência.

Assim, a maior parte da sociedade levanta questões sobre a existência de discriminação no actual regime de prémios de desporto para deficientes, pois existe uma avaliação diferente entre as pessoas com ou sem deficiência e, até em relação aos atletas portadores de deficiência também existem várias categorias, o que é uma injustiça nas actividades desportivas competitivas, e provoca danos na sua dignidade fundamental enquanto membros da sociedade, mais, também não mostra que o Governo lhes atribui carinho e reconhecimento.

As autoridades afirmaram recentemente que estavam preocupadas com a existência de grande diferença entre os montantes dos prémios para os atletas com ou sem deficiência, estando determinadas no seu aperfeiçoamento. Mas, até à data, ainda não se vê nenhuma medida de alteração, por isso, como é que mostram que atribuem o mesmo reconhecimento aos esforços envidados pelos atletas portadores de deficiência ao participarem em actividades desportivas competitivas? Isto também afecta a sua confiança na integração social.

O Governo promove a participação de toda a população no desporto, incluindo

a dos deficientes, o que é uma via importante para a sua reabilitação, participação justa na sociedade, concretização do próprio valor e contributo para a sociedade. As autoridades devem ouvir todas as vozes da sociedade, e proceder o mais rápido possível à alteração do Regulamento dos Prémios do Desporto para Deficientes, com o objectivo de implementar a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, e para todos os atletas, independentemente de terem ou não deficiência, gozarem dos mesmos direitos, interesses e dignidade, e ainda para incentivar os deficientes a participarem plenamente na sociedade.

## IAOD da Deputada Song Pek Kei em 15.06.2015

Como a estrutura industrial de Macau é monótona, são poucos os empregos para os jovens escolherem, por isso, vários deles têm o sonho de montar o seu próprio negócio. Mas ao montarem o primeiro negócio, deparam-se com problemas, como a falta de experiência de exploração e a fraca rede social, bem como outros, nomeadamente, de recursos humanos, rendas, gestão, etc. A ideia de montar um negócio depois transforma-se num projecto comercial e a seguir concretiza-se num negócio, mas, no fim, quantos conseguem sobreviver? Segundo a estatística, sem qualquer apoio, apenas 5 por cento dos jovens que montam o seu primeiro negócio conseguem sobreviver e, no caso de alunos universitários, passa para menos de 1 por cento. Quanto ao Plano de Apoio a Jovens Empreendedores, até Março do corrente ano, dos 410 casos aprovados, 16 empresas financiadas encerraram os negócios. O Secretário Leong afirmou que “o não encerramento não significa sucesso”. Na verdade, a intenção das autoridades de dar apoio aos jovens para criar negócios foi boa, mas apenas dando apoio pecuniário, sem outras ajudas importantes, como apoio técnico, formação, equipamentos e instalações, torna-se uma boa intenção com maus resultados e que pode levar os jovens a terem já dívidas nas mãos. Assim, entendo que, para além do empréstimo, as autoridades devem aperfeiçoar as políticas de apoio, no sentido de elevar a taxa de sobrevivência dos negócios criados pelos jovens e de incentivá-los a montar os seus próprios negócios.

Olhemos para as medidas do Governo da RAEM para apoiar os jovens: a Direcção dos Serviços de Economia (DSE) faculta 300 000 patacas no máximo para se contrair o empréstimo sem juros, o Instituto de Promoção do Comércio e do Investimento de Macau (IPIM) é responsável por divulgar as políticas de apoio aos jovens relativas ao Parque Industrial de Cooperação Guangdong-Macau na Ilha de Hengqin, e em Nansha e Tsui Hang, o Centro de Produtividade e Transferência de Tecnologia de Macau disponibiliza cursos de formação em gestão, e o “Macau New Technologies Incubator Centre”, onde o Governo detém 15 por cento das acções, dá sempre apoio às empresas de tecnologia, por exemplo: fornece instalações, pesquisa o mercado e faz publicidade, etc. Quanto às medidas de apoio existentes, parece que envolvem todas as vertentes, mas faltam entre elas sistemas, interligações e apoios concentrados. Em comparação com estas medidas, o plano da Ilha de Hengqin é mais sistemático e segue no seu funcionamento a cadeia “germinadora-incubadora-aceleradora”, ou seja, no primeiro ano, o Governo também oferece às empresas instalações e equipamentos, assim como incentiva o “Entrepreneur’s Training Camp” na Universidade de Pequim e o “Inno Hub”, a fim de lá montarem um negócio, oferecendo às empresas os melhores apoios e formação, ajudando-as a investir e criando um novo ambiente para o comércio.

Considero que o Governo deve integrar e aperfeiçoar os actuais programas para jovens empreendedores, seleccionando por meio de plataformas, como as competições, os projectos com maior potencialidade de concretização, para

depois serem incubados. Espero que venha a ser concretizada, quanto antes, a criação de centros incubadores para apoiar jovens, para que possam entrar em funcionamento, segundo anunciou o Secretário Lionel Leong nas Linhas de Acção Governativa para este ano. Quanto às actuais medidas de apoio a jovens empreendedores, tenho algumas sugestões. Primeiro, sobre o Plano de Apoio a Jovens Empreendedores, o crédito deste programa é concedido a jovens que criem o seu primeiro negócio, que são aqueles que têm menos experiência social, o que resulta na baixa taxa de sobrevivência dos negócios criados. Considero que o âmbito dos beneficiários desse plano de apoio pode ser alargado aos que apresentem pela primeira vez a candidatura a um novo projecto de negócio, para também serem incluídos os que já têm experiência, mas que se candidatam a um projecto que não foi beneficiado por este plano de apoio. Segundo, o incentivo à criação de negócios necessita de um ambiente inovador, proporcionando aos interessados um espaço de contacto e intercâmbio. Por exemplo, em Pequim existe a Avenida de Zhongguancun, onde estão concentradas as diferentes empresas de serviço para criação de negócios. Há dias, visitei um projecto de transformação de um “edifício antigo” em estabelecimento comercial. Nesse estabelecimento, o seu responsável proporciona, através de arrendamento, uma plataforma onde os criadores de produtos culturais podem expor as suas obras para venda, resolvendo-lhes o problema da falta de canais de venda e proporcionando também um local para troca de ideias sobre as suas criações e de intercâmbio. O Secretário Lionel Leong afirmou ia haver uma revisão das leis para que a atribuição dos espaços comerciais dos complexos de habitação pública não fosse baseada no factor das rendas, mas segundo o benefício social, tendo em conta o seu contributo para a criação de um negócio pelos jovens e para o desenvolvimento de pequenas e médias empresas com marca característica. Espero que os futuros centros incubadores de apoio a jovens empreendedores e a atribuição de espaços comerciais em habitações públicas possam criar um ambiente de negócio, para que haja um efeito integrado de todas essas medidas.

## IAOD da Deputada Lei Cheng I em 15.06.2015

O Regime de Prevenção e Controlo do Tabagismo, designado por Regime, entrou em vigor no ano de 2012 e prevê a proibição de fumar em quase todos os recintos fechados de Macau; a 1 de Janeiro deste ano, findou o período transitório de admissão temporária de fumar, concedido a certos estabelecimentos, tais como, bares, salas de dança, etc. Os casinos, então, são os únicos recintos fechados públicos e de trabalho onde se admite o fumo. Essa exceção não apenas contraria os princípios nucleares da Convenção-Quadro para o Controlo do Tabaco, adiante designada por Convenção, como é também uma injustiça, causando prejuízos aos respectivos trabalhadores.

De facto, ao longo dos últimos anos, a eficácia para o controlo do tabagismo está muito longe do ideal, o que se torna alvo de críticas pela sociedade. Encontram-se insuficiências por parte das autoridades na aplicação de sanções aos casinos, que não conseguem satisfazer as exigências, ou até a não execução da lei. Este é o ponto negro do trabalho para o controlo do tabagismo. As autoridades necessitam de seguir as promessas legislativas e de proceder à revisão da Lei, conforme as exigências do respectivo relatório de acompanhamento e avaliação, para implementar a proibição total de fumar nos casinos, a fim de concretizar os objectivos legislativos de proteger a saúde dos respectivos trabalhadores.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) indica expressamente que: tirando o caso de um ambiente sem fumo, nenhuma tecnologia ou meio consegue eliminar os prejuízos do fumo em segunda mão, incluindo ventilação, filtros de ar ou sala de fumadores (com ou sem ventilação independente). Por isso, o artigo 8.º da Convenção prevê expressamente a Protecção contra a exposição ao fumo do tabaco em locais de trabalho fechados, meios de transporte público e locais públicos fechados e todas as Partes estão cientes disto. Assim, a implementação da proibição total de fumo nos casinos é o meio mais eficiente para proteger dos prejuízos do fumo os respectivos trabalhadores e as pessoas que se encontram nestes estabelecimentos.

Na Convenção-Quadro aponta-se expressamente que as Partes devem decidir dar prioridade ao direito de proteger a saúde pública, não podendo sacrificar esse direito em prol do desenvolvimento económico; apesar de o Governo da RAEM ter mencionado várias vezes a revisão da respectiva lei e a concretização da proibição total do tabaco em recintos fechados, se a revisão da lei não avançar e se esta não for aprovada pela Assembleia Legislativa, a concretização da proibição total vai ser adiada indefinidamente.

Portanto, exorto mais uma vez a Administração a honrar a sua promessa de revisão do regime de prevenção e controlo do tabagismo, concretizando a proibição total nos casinos, colmatando as lacunas da actual lei, lançando um conjunto de medidas, tais como o aumento do imposto sobre o tabaco, a redução do número de cigarros isentos de impostos que os indivíduos podem trazer, o reforço dos serviços para a cessação tabágica, a divulgação do perigo de fumar, a concretização do objectivo de redução da predominância do tabagismo definido na referida Convenção, e o incentivo aos fumadores para deixarem de fumar, no sentido de demonstrar a determinação da Administração na concretização da referida Convenção e na garantia da saúde pública, para construir Macau como uma cidade saudável.

## IAOD da Deputada Kwan Tsui Hang em 15.06.2015

No ano judiciário de 2013/2014, deu entrada nos tribunais das três instâncias um total de 19 535 processos, um aumento de 12,77 por cento, ou seja, 2212 processos face ao ano anterior, o número mais elevado de sempre. O número de processos aumentou, e as exigências da sociedade em relação ao sistema judiciário tendem a ser mais rigorosas, dando especial atenção ao princípio da imparcialidade e à eficácia e transparência judiciárias.

Nos últimos anos, recorreu-se ao aumento do pessoal da área judiciária e à criação de juízos para elevar a eficácia e transparência judiciárias, mas, para responder às expectativas da sociedade, ainda existe uma margem para melhoria.

Os órgãos judiciais gozam de poder judicial independente e o seu julgamento exerce uma função crucial no sentido de salvaguardar a justiça social. A publicação de sentenças judiciais contribui para os diversos sectores sociais tomarem conhecimento do caso e dos fundamentos da sentença, para o Governo e a Assembleia Legislativa averiguarem as insuficiências e lacunas da legislação vigente, nos futuros trabalhos de revisão legislativa, e para, a longo prazo, aumentar a credibilidade judiciária, por isso, a publicação total de sentenças judiciais é importante para mostrar a justiça judicial.

Actualmente, os acórdãos dos Tribunais de 2.<sup>a</sup> Instância e de Última Instância são publicados na página electrónica para consulta pública. Mas o número de sentenças publicadas pelo Tribunal de 1.<sup>a</sup> Instância é ainda muito limitado; uma parte das sentenças publicadas na página electrónica dos Tribunais da RAEM só apresenta a versão portuguesa ou chinesa, isto é, não conseguem publicar as duas versões ao mesmo tempo. Estas questões não facilitam o acesso do público às informações para compreender os casos; ou, então, é provável que a não publicação daquelas possa prejudicar os interesses do público; ou mais, a falta de correspondência entre as informações pode originar má interpretação de algumas das sentenças pela sociedade, o que prejudica a confiança do público no ordenamento jurídico.

O número de casos recebidos pelos tribunais está a aumentar anualmente, elevando a pressão do funcionamento dos diversos tribunais. A publicação de todas as sentenças dos casos julgados em diversos tribunais vai, sem dúvida, aumentar o respectivo volume de trabalho. Mas, tendo em conta que a publicação daquelas vai revelar a equidade e justiça judiciais, mesmo sabendo da existência de dificuldades, os órgãos judiciais têm de definir objectivos e, através da optimização dos trabalhos administrativos, resolver quanto antes a questão de não se conseguir publicar todas as sentenças; devem ainda definir prazos para a sua publicação em duas línguas, nomeadamente, da versão chinesa das sentenças, para o público poder ter acesso. Espero que os serviços competentes

continuem a envidar esforços para a criação de um ordenamento jurídico justo, de alta eficácia e transparente.

## IAOD do Deputado Ho Ion Sang em 15.06.2015

“Viver tranquilos e trabalhar com alegria” são as exigências básicas e reais que toda a gente procura, desde os tempos antigos. A política de habitação pública que o Governo lançou visa resolver o problema de habitação das famílias dos residentes, especialmente das classes média e baixa, e tem como objectivo fundamental concretizar o “sonho de viver tranquilos” da população de Macau. No “Relatório das LAG para 2015” salientou-se: “o Governo da RAEM mantém-se firme no prosseguimento do princípio governativo ‘habitação para todos, bem-estar para todos’, e está empenhado na construção de um mecanismo eficiente de longo prazo de garantia à habitação”.<sup>1</sup> Portanto, a habitação pública não é para demonstrar o mérito ou a imagem do Governo, mas para responder às aspirações da população, assegurar a disponibilização justa dos recursos e criar um mecanismo perfeito para o planeamento, construção e gestão destas habitações, uma vez que isto tem relação directa com o desenvolvimento económico, com a estabilidade e harmonia da sociedade, e até com a credibilidade pública do Governo.

De acordo com os dados fornecidos pelo Instituto de Habitação sobre os habitantes que residiam efectivamente nas habitações económicas até Fevereiro deste ano, já se distribuíram chaves a 7087 agregados familiares dos seis novos edifícios, dos quais, 1457 fracções ainda estão por habitar, isto é, uma taxa de 20,5 por cento<sup>2</sup>, e, perante esta questão, a sociedade coloca dúvidas sobre a existência de mais oferta do que procura de habitações públicas. O Governo referiu que, por haver uma grande percentagem de fracções vazias, a necessidade de habitações económicas não é muito urgente, portanto, estava a ponderar a revisão da nova lei das habitações económicas para clarificar a definição de fracção devoluta, a fim de evitar o desperdício de habitações públicas. Mas entendo que a realidade não é assim. O facto é que a construção das habitações públicas foi suspensa há mais de dez anos, a reserva dos terrenos para o efeito não é suficiente, a percentagem de habitações públicas em Macau ainda está num nível baixo e, até à data, ainda há um número bastante elevado de residentes a enfrentar a dificuldade de viver tranquilamente. O número de candidatos a habitação económica nos últimos dois concursos ultrapassou o previsto, o que reflecte bem a situação. Por isso, a situação mencionada das fracções devolutas não se confunde com a necessidade real de habitação pública dos residentes. Mais, de acordo com a estatística da localização das habitações económicas construídas, a taxa de fracções devolutas na península de Macau é de 4,9 por cento, na Taipa é de 6,8 por cento e em Coloane é de 38,9 por cento<sup>3</sup>, isto é, 80 por cento das 1457 fracções devolutas são em Seac Pai Van, então, porque é que a taxa das fracções devolutas em Coloane é tão alta? Creio que esta é a questão nuclear merecedora do estudo do Governo da RAEM.

---

<sup>1</sup> De acordo com o Relatório das LAG para o ano económico de 2015.

<sup>2</sup> De acordo com a notícia divulgada pelo Instituto de Habitação em 29 de Março de 2015, em relação ao apelo do IH aos proprietários das habitações económicas para a utilização razoável dos recursos destas habitações.

<sup>3</sup> Item

Actualmente, o maior complexo de habitação pública de Macau é o de Seac Pai Van. Em Setembro de 2009, o plano urbanístico foi dado a conhecer pelo Governo e estava previsto que esta nova zona comunitária, com uma área de 300 mil metros quadrados<sup>4</sup>, podia albergar 60 mil habitantes. Mas após a finalização daquele complexo habitacional, deparámos com a insuficiência das instalações necessárias, as que existem são obsoletas e muitas delas não entraram logo em funcionamento após os residentes começarem a habitar a zona, afectando assim a vida, as deslocações para o trabalho e para a escola e as idas ao médico, o consumo, e os tempos de lazer dos residentes. Mais, a referida zona fica fora de mão, pelo que aumentaram as despesas e o tempo de deslocação dos moradores, e isso transformou uma “habitação económica em não económica”, sendo estas as principais razões para os residentes não habitarem esta zona.

As habitações públicas servem para suprir as necessidades habitacionais dos residentes com rendimentos médios e baixos, e esse grupo de pessoas está limitado financeiramente, por isso as suas deslocações estão bastante concentradas, sendo necessário infra-estruturas públicas e prestação de serviços suficientes nas zonas adjacentes às habitações públicas. Pelo exposto, o Governo da RAEM deve daí retirar os devidos ensinamentos e experiências pois, para além de resolver as necessidades habitacionais dos residentes, deve também ter em conta as necessidades em relação à vida quotidiana, às zonas comunitárias e às infra-estruturas da respectiva zona. Para resolver a questão das habitações públicas vazias, deve-se ter em conta a razão principal do problema, solucionando-o com os respectivos métodos, com vista a resolver as preocupações, as dúvidas e as dificuldades dos residentes, alterando os conceitos de construção das habitações públicas, prevenindo as más tendências do “pouco rigor nos planos e na qualidade, dando apenas importância ao número concreto de habitações construídas”. Deve-se partir do princípio das necessidades efectivas dos residentes, regressando ao conceito inicial das habitações públicas, o de salvaguardar a vida da população, caso contrário, com o aumento cada vez maior de zonas comunitárias e construção de habitações públicas, esta situação irá acontecer novamente: “por um lado, muitos residentes à espera, sem fim, por uma habitação pública; mas, por outro, muitas habitações vazias”.

---

<sup>4</sup> De acordo com as notícias do GCS do dia 11 de Setembro de 2009 sobre a “apresentação sumária do Plano de Urbanização de Seac Pai Van”.

# 高天賜 梁榮仔 議員辦事處

GABINETE DOS DEPUTADOS JOSÉ PEREIRA COUTINHO E LEONG VENG  
CHAI

## INTERVENÇÃO ANTES DA ORDEM DO DIA

No Programa Político Eleitoral de 2014, o Chefe do Executivo fez várias promessas para melhorar o actual sistema de saúde. Prometeu ser uma prioridade do Governo de Macau a melhoria da qualidade de vida dos residentes. Prometeu também melhorar as instalações, equipamentos hospitalares e a qualidade de serviço. Os cidadãos esperam que estas promessas sejam cumpridas no seu mandato.

No hospital público, não podemos ignorar que os recursos humanos estão cada vez mais sobrelotados de trabalho devido ao aumento populacional e de turistas. Os cidadãos exigem mais e melhor qualidade de serviços e o Governo responde com prolongamento de horários de trabalho que deixam quase todo pessoal de saúde totalmente extenuados no final da cada jornada de trabalho.

Devido à falta de recursos humanos e para satisfazer às necessidades externas foram recentemente criados no hospital público alguns horários de trabalho considerados “espartanos” sem preocupar com a insuficiência de recursos humanos e tempo suficiente para descanso e subsequente recuperação.

Todos os dias assistimos à “correria” do pessoal de saúde decorrentes de terem de trabalhar em situações adversas impostas pela profissão em actividades variadas. A extensão de horários de trabalho e em turnos diferentes está a afectar o desempenho físico e profissional de muitos profissionais podendo gerar distúrbios mentais, neurológicos, psiquiátricos e gastrintestinais.

Verificamos também que algumas das múltiplas deficiências que subsistem na gestão interna dos serviços de saúde contribuem para a degradação das relações interpessoais no conjunto dos profissionais de saúde são referidas por muitos profissionais como factor contributivo para o aumento do “stress” proveniente do ambiente de trabalho onde se desenvolvem as actividades laborais, o ritmo e a exigências de serviços.

O problema de um profissional de saúde estar com “stress” tem múltiplas origens e estão ligadas à estrutura do sistema de gestão hospitalar onde muitas vezes falha a comunicação entre os gestores e os profissionais de saúde

# 高天賜 梁榮仔 議員辦事處

## GABINETE DOS DEPUTADOS JOSÉ PEREIRA COUTINHO E LEONG VENG CHAI

---

principalmente com os profissionais da linha de frente. A nível mundial há uma preocupação cada vez mais maior com a saúde mental e bem-estar dos trabalhadores da área da saúde, principalmente com os trabalhadores da linha de frente.

É também crescente o afastamento permanente do trabalho por doenças mentais e existe a tendência de superar os afastamentos por doenças cardiovasculares e doutra natureza. Contactamos alguns especialistas que nos descreveram o aumento de ocorrência de transtornos mentais comuns (TMC) em profissionais de saúde (médicos e enfermeiros) evidenciando a vulnerabilidade peculiar destas classes profissionais.

Alguns desses profissionais de saúde relatam tristeza, ansiedade, fadiga, diminuição da concentração, preocupação somática, irritabilidade e insónia. Trabalhar em situações de estimulação ambiental excessiva pode possibilitar equilíbrio psicossomático relevante para o funcionamento psíquico. Em contrapartida, pode levar a infelicidade, alienação e doença mental.

Termino, recordando, a promessa do Chefe do Executivo constante no Programa Político Eleitoral de 2014 **“Os trabalhadores da Administração Pública constituem valiosos recursos humanos do Governo da RAEM”**. Esta afirmação não deve ser utilizada como uma “bandeira” ou “slogan” pelos responsáveis dos Serviços de Saúde mas implementadas com medidas concretas para elevar a moral destes profissionais e subsequentemente a prestação de qualidade de serviços aos cidadãos.

Muito Obrigado!

**O Deputado da Assembleia Legislativa da Região Administrativa Especial  
de Macau aos 15 de Junho de 2015.**

**José Pereira Coutinho**

## **IAOD do Deputado Leong Veng Chai em 15.06.2015**

### **O problema da segurança pública devido ao envelhecimento dos edifícios**

Recentemente, aconteceram vários casos de desprendimento de reboco em edifícios de Macau, e alguns ocorreram em zonas movimentadas e turísticas, mas, felizmente, não houve feridos nem mortos. Isto deve-se essencialmente ao envelhecimento dos edifícios e, com o aproximar da época das chuvas e dos tufões, as fachadas ficam cada vez mais frágeis, aumentando assim o risco de estes casos acontecerem.

Existem mais de 6000 edifícios em Macau, dos quais, mais de metade têm 30 ou mais anos de existência. A maioria são edifícios de pequena dimensão, onde não formaram um conselho de condóminos nem contrataram uma empresa de administração de propriedades para manutenção e gestão. Assim, existem riscos constantes na cidade devido à carência de gestão desses edifícios. Actualmente, não existe nenhum mecanismo obrigatório para vistoria aos edifícios, por isso é difícil que os respectivos proprietários tenham a iniciativa de efectuar essa vistoria e, se acontecer um caso grave que leve a ferimentos ou à morte de alguma pessoa, os proprietários terão de suportar uma grande dívida, o que é uma perda, tanto para estes como para o sinistrado. Para não afectar a segurança pública, o Governo da RAEM deve legislar, quanto antes, uma lei sobre a obrigatoriedade de vistoria aos edifícios. Ao mesmo tempo, deve fazer mais quanto aos trabalhos de sensibilização para vistorias aos edifícios e, para disponibilizar um ambiente seguro, aumentar ainda os conhecimentos dos proprietários sobre as suas responsabilidades.

Para além do envelhecimento dos edifícios das zonas antigas, muitos dos edifícios com valor histórico também têm o problema do desprendimento de reboco devido à falta de manutenção ao longo do tempo, nomeadamente, alguns perto do Largo do Senado e da Casa do Mandarim, zonas muito frequentadas por turistas e, se surgir algum desprendimento do reboco e isso acarretar feridos ou mortos, as consequências são difíceis de imaginar. De acordo com o actual mecanismo de gestão do património cultural, os proprietários têm responsabilidades na reparação dos edifícios e, se as mesmas não forem cumpridas, pondo em causa a segurança pública, o Governo tem de os reparar. Mas, se os casos acima referidos demonstram que os respectivos serviços públicos não efectuaram a fiscalização aos edifícios, então nem sequer vamos falar sobre a comunicação desses serviços públicos aos proprietários. Mais, como muitos dos edifícios classificados como património cultural pertencem a particulares, será muito difícil o Governo obrigar os proprietários a efectuarem a respectiva reparação, contudo, quando estiver em causa a segurança pública, o Governo deve ser determinado na sua decisão, efectuando, por sua iniciativa, a respectiva reparação do património cultural classificado, pondo a segurança dos residentes em primeiro lugar.

## IAOD do Deputado Mak Soi Kun em 15.06.2015

No Relatório das LAG para 2011, afirma o Chefe do Executivo, Chui Sai On, que a promoção da diversificação adequada da economia é feita através do modelo de cooperação inter-regional. Mas especialistas e académicos apontam que, sob o ponto de vista da economia, a RAEM deve neste caso tirar, dentro do possível, o máximo proveito das suas vantagens para surtir o efeito de mútua complementaridade por excelência. Os sectores do turismo e do jogo têm um papel privilegiado em Macau, enquanto marco da confluência das culturas ocidental e oriental há mais de 4 séculos, único local da China onde o jogo é legal, razão pela qual foi definido pelo País como Centro Internacional de Turismo e de Lazer. Por isso, a RAEM deve tomar a iniciativa de alargar a sua influência às zonas circundantes e intensificar a cooperação inter-regional, i.e., através desse modelo, promover o desenvolvimento do turismo em conjunto com Jiangmen, Zhongshan e Zhuhai, no quadro do programa “Rota de Turismo Jiang-Zhong-Zhu-Macau”, para otimizar e elevar, através desse processo, a qualidade do turismo das quatro regiões. Para a indústria do turismo poder desenvolver-se mais a fundo, é adequado que haja nos primórdios uma união orgânica com a Ilha de Hengqin para um posterior alargamento até Zhongshan e Jiangmen. Acelerar a ligação orgânica do turismo entre Jiangmen, Zhongshan, Zhuhai e Macau contribui para se tornar o principal agrupamento da indústria do turismo da China e para os 30 milhões de visitantes anuais visitarem as regiões vizinhas, reduzindo assim os problemas da capacidade de acolhimento de Macau e promovendo a sua afirmação como centro internacional de turismo e de lazer. É assim que se retira os frutos de uma mútua integração e reciprocidade e se cria uma nova forma de cooperação inter-regional.

O plano de cooperação turística regional “Itinerário turístico conjunto Jiangmen-Zhongshan-Zhuhai-Macau” visa atrair e alargar as fontes de turistas através do seu eixo principal de reciprocidade e complementaridade de recursos. Nos últimos anos, os sectores do jogo e do turismo de Macau têm vindo a desenvolver-se em flecha, virados para o mundo, com um grau de internacionalização relativamente elevado. Mas devido aos nossos recursos limitados é mais adequado desenvolver viagens turísticas de curta distância para Macau, pois com os nossos próprios pontos turísticos é difícil atrair turistas de longa distância. Mas Macau, Zhuhai, Zhongshan e Jiangmen reúnem todas as condições para desenvolver o turismo regional, pois têm recursos turísticos que apresentam características próprias e típicas, estão ligadas geograficamente e há facilidade nas deslocações. Zhuhai é conhecida pelo seu urbanismo litoral, sendo famosa pelas ilhas e respectiva ecologia; em Zhongshan – a localidade Cui Heng é conhecida pelos monumentos e pontos históricos, e aí viveram personalidades famosas, por exemplo, Sun Yat-sen; em Jiangmen: Kaiping – lugar conhecido pelas fortificações históricas, e que, como Macau, tem o “cartão-de-visita” de Património Mundial, tendo contribuído para o desenvolvimento da cooperação turística; Taishan – a Ilha de Shangchuan, o local onde morreu S. Francisco Xavier; Enping – uma cidade famosa pelas termas; Heshan – o local da zona paisagística

“Hua Ge Liu Fang”; e Xinhui – zona conhecida por “paraíso dos pássaros”, segundo o escritor Ba Jin. São, pois, recursos turísticos não transmissíveis. Mas Zhuhai, Zhongshan e Jiangmen apresentam culturas e tradições simples, por isso, os graus de internacionalização e comercialização não são elevados, logo, não são provavelmente os melhores destinos de opção dos turistas estrangeiros. Assim, através da cooperação regional, o referido plano de cooperação turística regional vai abrir novos mercados e fontes de turistas de diversa envergadura.

O Governo deve participar activamente no desenvolvimento global da região do Delta do Rio das Pérolas e contribuir para transformar o plano que estabelece visitas turísticas entre Jiangmen, Zhongshan e Zhuhai, em algo mais concreto e com maior operacionalidade. Mas o Governo só assinou com a Ilha de Hengqin o “Protocolo entre o Governo Popular do Município de Zhuhai e o Governo da Região Administrativa Especial de Macau sobre a criação de um mecanismo de cooperação Zhuhai-Macau para a construção da Área de Hengqin da Zona Experimental de Comércio Livre de Guangdong” e com a localidade de Cui Heng, em Zhongshan, um acordo-quadro sobre a construção de uma nova zona nesse local, não tendo assinado qualquer acordo de cooperação com a zona da baía de Daguang de Jiangmen. O tempo não espera. Isto poderá levar à formação de obstáculos no futuro desenvolvimento das referidas três cidades com Macau. Com a zona da baía de Daguang, Macau pode ainda estudar o desenvolvimento de um modelo de cooperação de alto nível, para estabelecer uma estrutura de cooperação e coordenação entre Guangdong e Macau, e promover a cooperação relacionada com o turismo, finanças, economia e comércio, desenvolvimento de novos sectores emergentes e serviços para a sociedade, entre outros. A fim de transformar as nossas vantagens adquiridas em vantagens competitivas, de celebrar rapidamente um acordo de cooperação com Jiangmen, de proceder à fusão dos recursos turísticos entre as referidas três cidades e Macau, e de concretizar o desenvolvimento diversificado e alcançar, através da colocação de Macau no centro do processo em causa e da aceleração da cooperação inter-regional, a meta de transformar Macau num centro mundial de turismo e lazer, espero que os serviços competentes adoptem um pensamento inovador e aproveitem a regra “pensar juntos para tirar mais proveitos”.

## IAOD do Deputado Lau Veng Seng em 15.06.2015

Recentemente houve várias discussões sobre a renovação urbana no seio da sociedade. Vou dar à Administração algumas opiniões sobre a “introdução de construção ecológica” no processo de renovação urbana. Macau é uma cidade de área limitada com grande densidade populacional. No passado, a construção urbana focalizava-se em resolver as necessidades da população, tais como a habitação e as deslocações. Como as autoridades estão ainda na fase inicial quanto à introdução do “conceito de construção ecológica” para o desenvolvimento sustentável urbano, sugiro-lhes que ponderem a introdução do conceito de construção ecológica nos processos de planeamento, concepção e construção dos novos aterros.

Vinte e oito mil habitações públicas vão ser construídas na zona A dos novos aterros. Tendo em conta este elevado número, é adequado ponderar adoptar a concepção padronizada. É sugerida a introdução de “construção com elementos pré-fabricados”, ou seja, a maior parte dos elementos é “pré-fabricada” nas fábricas das regiões vizinhas e transportada, posteriormente, para o local das obras para a respectiva montagem. Há uns anos, o respectivo sector visitou as obras do projecto de desenvolvimento Kai Tak do Departamento de Habitação (*Housing Department*) de Hong Kong, onde se verificou a utilização de “elementos pré-fabricados” na construção de habitações públicas. Aqueles elementos pré-fabricados incluem “escadas, fachadas, painéis de cobertura semi-acabados, balneários e fábricas”. A vantagem é reduzir os recursos humanos no local de obras, sobretudo os operários qualificados, tais como os que montam painéis, armam ferragens, e acabam estruturas de betão, e os pedreiros, entre outros. Ao mesmo tempo, a “construção mecanizada com elementos pré-fabricados” pode reduzir significativamente o uso de madeiras, pois foi substituído o processo tradicional de montagem de painéis por cofragem metálica ou de alumínio. Para além de melhorar e elevar as condições do ambiente de trabalho para ser mais seguro e confortável, e diminuir o prejuízo para o ambiente ecológico, pode ainda reduzir o uso dos recursos naturais durante a construção e aliviar a pressão dos aterros de Macau devido aos resíduos de materiais de construção. E mais, pode concretizar a padronização dos materiais de construção, através desta forma “pré-fabricada”, elevando a qualidade dos mesmos. Pode ainda ser realizada a transformação dos elementos pré-fabricados e da cofragem de alumínio ou metálica no Interior da China, que tem um desenvolvimento muito maduro nesta matéria. Isto pode aliviar a situação do envelhecimento dos operários, e ainda atrair mais engenheiros jovens a participarem na exploração das referidas técnicas inovadoras.

Por outro lado, deve haver espaços entre os prédios nos novos aterros, para evitar o efeito de biombo, e assim aumentar a ventilação do ar e reduzir o efeito de ilha de calor. Sugere-se a utilização de sistemas que captem mais luz natural e maior ventilação, e poupem mais energia. Ao mesmo tempo, quanto à aquisição de equipamentos de electricidade, iluminação e ar condicionado, deve dar-se

preferência a produtos que poupem energia. No que toca aos materiais de construção, deve ponderar-se a utilização de produtos que sejam amigos do ambiente e renováveis, e escolher também, de preferência, os que ficam mais perto do local de construção, para reduzir a emissão de carbono durante o transporte de materiais; quanto aos materiais naturais, sugere-se utilizar ao máximo os que renasçam o mais rápido possível, a fim de manter o equilíbrio da cadeia biológica e a conservação das florestas. Por outro lado, quanto aos materiais não naturais, devem ser escolhidos os renováveis, poupando os recursos naturais, e, ao mesmo tempo, deve evitar-se que estes materiais produzam poluição industrial. Pode ser ponderada a implementação de mais espaços verdes à volta dos prédios, com a criação de telhados ecológicos ou arborização tridimensional, para esse efeito.

Durante as obras, deve-se utilizar métodos que protejam o ambiente, de modo a produzir menos ruído; adoptar medidas que reduzam a poluição do ar; reutilizar a água usada nas construções e purificar a água poluída, para evitar a contaminação de rios e mares; utilizar o número adequado e atempado dos materiais, para reduzir resíduos; e tratar adequadamente os resíduos da construção, a fim de proteger o ambiente ecológico das zonas vizinhas e evitar que afectem a qualidade de vida por causa da poluição.

Sugiro a revisão atempada das respectivas leis, mediante um raciocínio prospectivo para aperfeiçoar e elevar os efeitos de protecção ambiental e poupança de energia, e promover que o sector da construção civil evolua com os tempos, introduzindo-se a “adopção do método de peças pré-fabricadas para a construção”, “utilização de máquinas”, “actualização dos métodos e equipamentos de construção”, e “formação de gestores e pessoal técnico”. Em simultâneo, pode aproveitar-se estas 28 mil fracções de habitação pública como uma experiência, no sentido de reflectir a ideia do Governo de aliviar os recursos humanos do sector em causa e de desenvolver uma construção amiga do ambiente, bem como o cuidado de oferecer um ambiente de habitação com maior qualidade.

## **IAOD do Deputado Sio Chi Wai em 15.06.2015**

Com a fusão e mistura das culturas chinesa e ocidental, foi criada em Macau uma base cultural forte e abundante, e com características típicas. Após o Retorno à Pátria, o Governo da RAEM tem continuado a envidar esforços para realizar muitas actividades festivas, tais como, “Desfile por Macau, Cidade Latina”, “Concurso Internacional de Fogo-de-Artifício de Macau”, “Grande Prémio”, “Regatas Internacionais de Barcos-Dragão”, “Festividade da Deusa A-Má”, “Festival do Dragão Embriagado”, etc., para dar continuidade e desenvolver a cultura, e ainda promover o desenvolvimento do sector turístico de Macau.

Além disso, com o rápido desenvolvimento dos sectores do jogo e do turismo, foram concluídos vários projectos turísticos nestes últimos anos, incluindo: grandes hotéis, projectos de jogo, centros comerciais, instalações para restauração, centros para convenções e exposições, entre outros. Pode dizer-se que neste momento Macau possui recursos turísticos abundantes e condições e vantagens para desenvolver-se como cidade turística a nível mundial.

No entanto, devido à dimensão do mercado, falta de recursos humanos e de capacidade geral de acolhimento, o desenvolvimento do sector turístico está a deparar-se com certos desafios, e há também competidores, então, como é que se pode atrair mais turistas a escolherem Macau, nomeadamente, para aqui pernoitar mais tempo e fazer compras, é neste momento o que o sector precisa de pensar. Sem dúvida, desenvolver a sua marca e imagem turística, com vista a reforçar o sector turístico, é neste momento o rumo de desenvolvimento.

O Governo da RAEM vai implementar, em 2017, o plano geral do Desenvolvimento da Indústria do Turismo de Macau, isto é, apresentar um plano de curto, médio e longo prazo para desenvolver e planificar o sector do ponto de vista macro, e isto merece o nosso apoio. A construção de um centro mundial de turismo e lazer conta precisamente com a divulgação das actividades tradicionais, melhoria do ambiente de comércio, concorrência, aumento dos elementos de consumo no mercado e elevação da qualidade dos serviços prestados.

Agora, há dois pontos que merecem as nossas reflexões e considerações:

### **1. As políticas relativas ao sector devem ser aperfeiçoadas, para atrair o investimento das empresas**

As políticas e medidas relativas ao sector do turismo devem ser aperfeiçoadas, para aumentar a confiança dos investidores e atrair mais empresas, tanto locais como exteriores, a investirem no território. Deve ainda o Governo descobrir mais elementos turísticos para os visitantes, para atrair a vinda de mais turistas. Se a nossa cidade tiver capacidade concorrencial, poderá atrair mais turistas e este círculo poderá contribuir para o desenvolvimento do sector, mantendo as boas relações entre o Governo e os investidores, e, assim, a figura do governo passa

de “fiscalizador” para “servidor”.

## **2. Elevar a qualidade dos serviços prestados no sentido de ser uma cidade turística internacional**

Macau já é uma das cidades turísticas mais conhecidas no mundo, e temos de continuar a elevar a qualidade dos serviços prestados, por exemplo: a conveniência para os turistas ao passar pelos postos fronteiriços, os transportes públicos, o alojamento, a qualidade dos serviços de refeições e consumo, a atitude dos residentes para receber os turistas, a atmosfera criada pela sociedade, a segurança interna da cidade, etc.

De qualquer maneira, temos sempre de revelar o nosso nível de cidade turística aos olhos do mundo, elevando a capacidade concorrencial da nossa cidade no sector do turismo, tudo isto com vista a agradar aos turistas, incentivando-os ao consumo local e acarretando ao mesmo tempo o desenvolvimento sustentável da cidade.

## IAOD da Deputada Chan Melinda Mei Yi em 15.06.2015

A “redução de resíduos na fonte e a reciclagem classificada” são princípios importantes definidos pelo Governo da RAEM ao nível do tratamento de resíduos. A quantidade de resíduos recolhidos não cessa de subir e isto deve-se ao contributo dos vários grandes hotéis. Mas a situação da respectiva recolha revela insuficiências nas diversas vertentes, ao nível de política, execução e apoio. Basta prestar atenção ao seguinte:

Primeiro. As acções de divulgação e promoção da protecção ambiental não são suficientes. Por exemplo, o IACM implementou, há muitos anos, o plano de recolha e reciclagem classificada, mas os seus resultados não são satisfatórios. Devido à insuficiência da divulgação e promoção específica, e à falta de medidas incentivadoras e de educação, não é possível impulsionar a participação da população neste plano. Os contentores para recolha classificada são colocados, principalmente, nas proximidades dos jardins, o que não é nada cómodo para os residentes, daí não serem satisfatórios os resultados deste plano.

Segundo, devido às dificuldades comerciais, restam poucos comerciantes de reciclagem de resíduos. A par disso, os seus estabelecimentos ficam em geral localizados perto de habitações e, assim, os resíduos quotidianos aí armazenados provocam, facilmente, impacto na vida dos residentes pelo ambiente e cheiro. A mudança destes locais prende-se às rendas. Assim, vários comerciantes optaram por cessar o seu negócio, um factor desfavorável para a promoção e o desenvolvimento a longo prazo da protecção do ambiente em Macau, e cabe também ao Governo ajudar a resolvê-lo.

Mais, não houve nenhum avanço no desenvolvimento do regime de tratamento de veículos abandonados. Em 2010, o Governo iniciou estudos sobre a gestão dos veículos abatidos e obsoletos, tendo apresentado resoluções via “cooperação regional”. Mas o Governo só apresentou, até à data, o estabelecimento, na zona de Toi Sán, de postos de tratamento para os resíduos sólidos inertes resultantes da demolição e remoção de construções, sem fazer nenhuma referência ao problema dos “veículos abatidos e obsoletos”. O Planeamento da Protecção Ambiental é de 10 anos e metade já passou, no entanto, não houve nenhum avanço no trabalho de tratamento dos veículos obsoletos e abatidos. As autoridades não podem esquivar-se das suas responsabilidades nesta matéria.

Em Macau, existem cerca de 240 mil veículos privados. O crescimento do seu número é rápido e o aumento da quantidade de veículos em desuso é surpreendente e deriva de problemas relacionados com o abatimento de veículos. Os veículos abatidos concentram-se na Ilha Verde, na Taipa e nos NAPE. Nos NAPE, existe uma “parede feita com veículos abatidos”, que parece um puzzle. Esta parede torna-se cada vez mais alta à medida da junção dos veículos abatidos, e já ultrapassou a altura do muro de demarcação do local. Como este fica perto do

centro da cidade e de ruas movimentadas, se houver um incêndio ou a parede colapsar, as consequências serão inimagináveis. Na Taipa, ocorreu recentemente um incêndio com explosões num local onde estavam armazenadas botijas de gás butano e de oxigénio, e peças metálicas de veículos abandonados. O tratamento de coisas abandonadas não só tem a ver com a protecção ambiental ou a reciclagem, mas ainda com a segurança pública.

Em suma, existe margem para melhoria no trabalho das políticas de protecção ambiental, por exemplo: tratamento de veículos abatidos, reciclagem, e tratamento de águas poluídas e com mau cheiro na zona Norte, entre outras. Os serviços competentes devem apresentar soluções e agir rapidamente. Necessitam ainda de garantir que os trabalhos atinjam os objectivos previstos e de assumir uma atitude prospectiva, evitando que os trabalhos de protecção ambiental fiquem como palavras apregoadas.

## IAOD do Deputado Au Kam San em 15.06.2015

Quando é que vai ser reapresentada a proposta de lei sobre o reordenamento dos bairros antigos?

As habitações sociais e económicas existentes em Macau destinam-se a dar resposta às dificuldades habitacionais das famílias, decorrentes dos preços altíssimos dos prédios privados, visto que estas famílias ou são pobres ou têm capacidade económica limitada. Independentemente de serem habitações sociais e económicas, são apenas os residentes sem propriedades que podem candidatar-se à respectiva aquisição. A questão é: será que a posse de propriedade implica viver feliz? Há 20 ou 30 anos, uns residentes compraram casas através de trabalho e poupança, para terem uma habitação estável. Mas agora estas casas estão degradadas. Como a sua reparação implica custos elevados, mesmo que os proprietários tenham vontade e capacidade de as reparar, não há lugar à sua concretização devido a serem antigas. O pior é que estes prédios, construídos há 20 ou 30 anos, têm na sua maioria 5 andares sem elevador. Quando foram comprados, os proprietários ainda eram fisicamente fortes, por isso, não havia problema para subir as escadas. Mas hoje, estão velhos e fisicamente débeis, com dificuldades na locomoção, e até precisam de cadeira de rodas, por isso a subida das escadas exige muito esforço. Para os ajudar, é preciso reconstruir os bairros antigos, a fim de concretizar a troca dos prédios velhos pelos novos e o realojamento dos envolvidos no próprio bairro onde moram, melhorando assim a qualidade de vida da população.

Em 2004, o segundo Chefe do Executivo, o Sr. Edmundo Ho, assumiu a promessa eleitoral de melhorar a qualidade de vida da população através da reconstrução dos bairros antigos. Mas apenas iniciou esse trabalho grandioso, que vai ter de ser concluído pelo terceiro Chefe do Executivo ou pelos seus sucessores.

O Governo da RAEM, depois de ter dedicado muitos anos a estudos conjuntos com diversos serviços públicos e com o Conselho Consultivo para o Reordenamento dos Bairros Antigos de Macau, apresentou à Assembleia Legislativa, na sua IV Legislatura, a proposta de lei sobre o reordenamento dos bairros antigos. Mas esta apresentava alguns defeitos difíceis de ultrapassar, daí não ter sido possível concluir a sua apreciação até ao final da IV Legislatura, acabando a mesma por ser “abandonada”. Na altura, o Governo afirmou que ia apresentar uma nova proposta de lei na legislatura seguinte, porém, já se passaram cerca de dois anos sem quaisquer avanços. O Governo anunciou ainda que ia apresentar esse regime jurídico por partes, então, como e quando é que vai apresentá-lo? A população não sabe de nada. Perante a situação em que se encontra a reconstrução dos bairros antigos, isto é, num beco sem saída, quem mais sofre são os moradores dos sete prédios velhos do Bairro Iao Hon.

Em 2004, quando foi anunciado o plano de reordenamento dos bairros antigos,

o Governo divulgou que ia abranger os sete prédios velhos do Bairro lao Hon, o que levou os moradores a acreditar que aqueles prédios seriam os primeiros a ser reconstruídos, por isso, tanto eles como os proprietários ficaram à espera da iniciativa do Governo e, como é óbvio, não gastaram dinheiro com obras de manutenção e reparação. Para além disso, os prédios deste bairro são antigos, têm apenas cinco andares, e não existe administração de condomínio, portanto, é difícil angariar fundos para obras de manutenção. Devido às más condições daqueles edifícios, o Governo avançou com um montante para obras de manutenção, embora diminuto, mas os residentes já esperam pelo reordenamento há mais de dez anos, assistindo apenas ao agravamento da situação de envelhecimento e desgaste dos prédios, e já se passaram alguns anos desde essas pequenas obras de manutenção. Quanto ao edifício Son Lei, uma das partes foi demolida e no seu lugar surgiu o escritório de uma associação, e nos outros seis prédios ainda existentes registam-se infiltrações em todas as fracções, desabamento de areia e pedra devido à rachadura de paredes, e as escadas e os corredores também se encontram bastante danificados. A par disso, podemos ver água estagnada nas vielas entre os edifícios e lixo acumulado no chão, portanto, são muito más as condições ambientais. Se o reordenamento dos bairros antigos continuar a registar atrasos, é possível que haja colapso de alguns edifícios, e que daí venham a resultar mortos e feridos. Se tal situação acontecer, não podemos classificá-la como acidente, mas, pelo contrário, como algo provocado pelo Governo devido à sua inércia.

Nós queremos saber quando é que o Governo pode voltar a apresentar a proposta de reordenamento das zonas antigas para dar resposta às necessidades dos moradores, pois já foi retirada há dois anos. Os sete prédios velhos do Bairro lao Hon a precisar de reconstrução já estão gravemente degradados. Quanto a estes prédios, o Governo deve proceder à respectiva fiscalização e atender às situações de desabamento de areia e pedra devido à rachadura de paredes e tectos, com vista a manter a estrutura dos prédios e a proteger os respectivos moradores. O Governo vai fazer isto? Nas vielas entre os prédios, as condições de higiene são más, nomeadamente, há água estagnada e lixo acumulado, e tudo isto poderá ser uma fonte de contágio de doenças, por isso, Governo já atendeu a estas situações? Já adoptou medidas para isto?

## **Valorizar o ensino infantil e aumentar as qualificações dos residentes**

O nível etário entre os 0 e os 6 anos de idade é um período crucial para o desenvolvimento cerebral das crianças, por isso, as experiências adquiridas e o ambiente à sua volta, durante esse período, terão impacto enorme sobre as próprias crianças. Assim, o ensino infantil merece, tanto do ponto de vista psicológico, como sociológico e educacional, a nossa atenção e valorização. Apesar de o Governo da RAEM ter incluído o ensino infantil no sistema de educação gratuita, o mais importante é como aumentar a qualidade do mesmo, sendo que a sua avaliação, segundo os padrões internacionais, incide sobre a proporção entre docentes e alunos, o salário médio dos docentes, as orientações curriculares definidas, a formação de docentes, o guia de saúde e segurança, o mecanismo de recolha de dados, a articulação entre o ensino infantil e primário, a participação dos pais e o programa educativo. Em Macau, a promoção de metodologias activas de ensino-aprendizagem, que visam tornar a aprendizagem mais agradável, é o elemento fundamental na reforma do ensino infantil. Mas, durante essa reforma, foram encontradas bastantes dificuldades que merecem a atenção do Governo e de todos os sectores sociais, para a sua resolução em conjunto.

### **1. Reforçar as acções de divulgação para os encarregados de educação reformulem os seus conceitos em relação à educação**

Muitos encarregados de educação em Macau consideram que não podem deixar os seus filhos perderem logo à partida, pretendendo, por isso, e através de educação precoce, que aqueles aprendam, com a maior antecedência possível, a ler, escrever e calcular, e tenham muitas aptidões. Os estudos no âmbito da psicologia infantil e da ciência da educação demonstram que a transformação do ensino infantil em ensino primário é inútil para elevar a capacidade de aprendizagem das crianças, fazendo com que estas tenham facilmente pressão psicológica e até detestem e percam interesse pela aprendizagem. A reforma educativa não será concretizada caso os encarregados de educação não reformulem os seus conceitos relativamente à educação, por isso as autoridades devem desenvolver acções no sentido de mudar esses conceitos.

### **2. Promover o ensino interactivo e implementar uma avaliação diversificada**

Muitas escolas aplicam um método pedagógico de temas integrados, mas ainda há algumas que mantêm no currículo diversas disciplinas, cujo objectivo é transmitir conhecimentos por parte dos professores. Em certos jardins-de-infância, as crianças do segundo ano ou do terceiro têm de aprender muitas coisas, fazendo de forma repetida a cópia de letras chinesas e inglesas. Algumas têm de fazer trabalhos de casa e mesmo testes escritos, todos os dias. Perante isto, como

é que as crianças podem aprender com facilidade e crescer com felicidade? Espero que os serviços de educação incentivem os jardins-de-infância a criarem actividades que incluam diversos conhecimentos, de acordo com as necessidades de desenvolvimento das crianças nas diferentes etapas, para estas poderem aprender e experimentar através de actividades e jogos. Ao mesmo tempo, deve ser aplicada uma avaliação diversificada para promover o desenvolvimento adequado das crianças.

### **3. Reforçar a formação de professores para elevar a qualidade do ensino**

O Quadro da organização curricular da educação regular do regime escolar local vai entrar em vigor no ano lectivo de 2015/2016, sendo aplicável a todos os anos do ensino infantil. Serão também implementadas as competências académicas básicas do ensino infantil, mas os dirigentes e os docentes das escolas estão totalmente preparados para isso? Assim, espero que as autoridades reforcem os recursos para a formação de professores, criando condições para atrair mais pessoas a frequentarem a licenciatura em Educação Pré-Escolar, preservando os recursos humanos.

### **4. Introduzir padrões internacionais para a implementação de um planeamento**

Segundo a afirmação expressa pelo Governo no objectivo do Planeamento para o Desenvolvimento do Ensino Não Superior, é preciso evitar a tendência de tornar o ensino infantil idêntico ao primário. A promoção das competências académicas básicas no nível do ensino infantil e a implementação eficiente do quadro da organização curricular são essenciais para o sucesso da reforma educativa. As autoridades devem ter um planeamento detalhado sobre a forma da sua implementação e de obtenção do apoio por parte de escolas, professores e pais. Será que as autoridades podem introduzir padrões internacionais para servir de referência e fundamento essencial para a implementação do referido planeamento?

O ensino infantil deve basear-se no desenvolvimento integral da personalidade da criança e na formação dos hábitos correctos e dos comportamentos de autoproteção, para elevar a qualidade dos cidadãos em geral.